CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CNTI
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
MAIO LILÁS
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 06 de maio de 2025

CNTI destaca benefícios da redução da jornada em audiência pública no Senado

Secretária Sônia Maria Zerino reforça ganhos de produtividade e bem-estar com redução da jornada de trabalho, sobretudo para as mulheres, que cumprem dupla jornada por culpa de tradições culturais reacionárias e persistentes

A **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)** participou, nesta segunda-feira (5), da audiência pública na **Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado**, que debateu a **redução da jornada de trabalho** e a modernização do **Estatuto do Trabalho (SUG 12/2018)**. O evento, requerido pelo senador **Paulo Paim (PT-RS)**, reuniu especialistas e lideranças sindicais para discutir modelos mais justos, como a **escala 4x3**, em substituição ao desgastante regime **6x1**.

Clique AQUI e assista à íntegra da audiência

A **Secretária para Assuntos de Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso da CNTI, Sônia Maria Zerino**, integrou a mesa de debatedores e destacou os impactos positivos da redução da jornada para os trabalhadores da indústria: *Estudos demonstram que empresas que adotaram jornadas menores tiveram um aumento de eficiência, com redução de faltas e acidentes de trabalho*", afirmou.

Zerino também reforçou a necessidade de atualizar a legislação trabalhista: "*Discutir a redução da jornada de trabalho é garantir melhorias na qualidade de vida principalmente das mulheres. Com duplas jornadas, as mulheres seriam impactadas de forma positiva com a redução de jornada sem a redução de salário. Mas ainda é necessário estabelecer a cultura da divisão das responsabilidades domésticas na sociedade para que essa injustiça não se perpetue, reforçou a líder sindical.*

"Temos que cobrar nossos deputados e senadores, nas suas respectivas bases eleitorais, para exigir que pautas civilizatórias como esta encontrem o indispensável apoio parlamentar. É hora de pressionar o Congresso e fortalecer o diálogo social! Somente com união e determinação construiremos um país mais justo, solidário e sustentável", alertou a dirigente da CNTI.

Dados comprovam vantagens da redução da jornada

Durante o debate, foram apresentados diversos casos de empresas e nações que reduziram a carga horária semanal registrando **aumento na produtividade e melhoria na saúde mental** dos trabalhadores. A Organização Internacional do Trabalho (**OIT**) ressaltou que modelos mais flexíveis são essenciais na era da Quarta Revolução Industrial, em que a **exaustão física e mental** diminui a competitividade das empresas.

#RedúçãoDaJornada #TrabalhoDigno #CNTIemAção

Assessoria de Comunicação da CNTI

Centrais Sindicais se unem em ato contra juros altos

Nesta terça-feira (06), as principais centrais sindicais — Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT),

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Intersindical — vão promover manifestações em diversas capitais brasileiras para protestar contra a política de juros altos adotada pelo Banco Central.

Em São Paulo, o ato principal ocorreu em frente à sede do Banco Central, na Avenida Paulista, reunindo centenas de trabalhadores e lideranças sindicais. O protesto, intitulado "Ato contra a alta dos Juros", tem como objetivo pressionar o Comitê de Política Monetária (Copom), para deliberar sobre a taxa Selic, então fixada em 14,25% ao ano.

Os sindicalistas argumentam que a manutenção de juros elevados prejudica o crescimento econômico, encarece o crédito, reduz o consumo e afeta diretamente a geração de empregos. Segundo eles, a política monetária atual favorece o rentismo e penaliza a produção e os trabalhadores.

Fonte: NCST

Oito anos após reforma, Brasil tem mais de 32 milhões de informais

Em 2017, reforma trabalhista abriu a porteira para a precarização e o corte de direitos; luta por trabalho decente segue entre as prioridades do movimento sindical

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Um dos pontos que compõem a pauta da classe trabalhadora deste ano — entregue pelas centrais sindicais ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 29 — é a luta para ampliar as políticas de geração de trabalho decente, um dos maiores desafios do mundo moderno, que tem passado por um forte e contínuo processo de precarização.

O documento entregue pela representação dos trabalhadores defende a necessidade de enfrentar o desemprego, o subemprego, o trabalho intermitente e os impactos da automação e da inteligência artificial.

Presente à entrega da pauta, Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), destacou: "Razão de ser do movimento sindical, a valorização do trabalho deve ser compreendida como uma fonte de desenvolvimento nacional, como por sinal sugere a Constituição Brasileira, que consagrou este objetivo subjacente à luta de classes moderna como um dos fundamentos da nossa República", afirmou.

Nesse sentido, a luta pela valorização do trabalho e por direitos também está ligada à busca por garantir melhores condições aos informais e autônomos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente existem cerca de 32,5 milhões de pessoas atuando como autônomas de modo informal (ou seja, sem CNPJ) ou empregadas sem carteira assinada no setor privado.

Esses números, referentes ao primeiro trimestre deste ano, não consideram os 4,3 milhões de trabalhadores domésticos sem carteira assinada, os 2,8 milhões de trabalhadores do setor público sem carteira nem os 816 mil empregadores sem CNPJ.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, observam-se aumentos tanto no número absoluto de autônomos informais e trabalhadores de setor privado sem carteira (32,3 milhões) quanto na sua proporção em relação ao total da população ocupada (31,5%).

Ainda segundo esses dados, em cinco anos, o contingente de trabalhadores nessas situações cresceu quase 10%, já que, no primeiro trimestre de 2020, eles somavam 29,7 milhões.

Tal cenário reflete tanto processos que vêm ocorrendo no capitalismo global como, no caso do Brasil, a piora resultante da reforma trabalhista de 2017. E o movimento sindical tem lutado para, ao menos, garantir direitos básicos a esses segmentos.

Nesse universo, um dos grupos que mais cresceram foi o dos trabalhadores por plataforma, como entregadores e motoristas, por exemplo. Embora a pauta reconheça que houve esforços por parte do governo para a regulação e proteção de parte desse segmento, também aponta a necessidade de seguir nesse caminho com a aprovação do PLC 12/24, que regulamenta os direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais dos trabalhadores de aplicativos de transporte.

"A plataformização do trabalho representou claramente uma precarização do trabalho. Comparando a ocupação de motoristas e entregadores

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br

antes e depois da introdução das plataformas, você percebe justamente uma menor renda, mais horas trabalhadas e menor contribuição previdenciária, ou seja, essas ocupações eram menos precárias antes da introdução dessas plataformas de aplicativos", disse, à Agência Brasil, o técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sandro Sacchet de Carvalho.

Outra categoria que cresceu especialmente com a reforma trabalhista foi a dos autônomos com CNPJ, os pejotizados, que engloba desde profissionais liberais até trabalhadores fixos de empresas que fazem esse tipo de contratação por ser mais barata do que os custos de um trabalhador CLT.

"A maioria dessa 'pejotização' representa uma perda de direitos associada à carteira de trabalho. Então ela gera um crescimento forte da insegurança do trabalhador no emprego. A pessoa pode ser demitida de forma mais fácil, sem direito às verbas indenizatórias, sem direito ao acesso ao seguro-desemprego. E fica mais difícil dizer quem é o responsável em caso de risco de acidente, porque você está tratando uma contratação de serviço. E isso não consegue ser compensado por um maior salário", ressalta o pesquisador do Ipea.
Com Agência Brasil

Fonte: Portal Vermelho

Estudo aponta que Brasil já está preparado para redução da jornada de trabalho

Pesquisa da Unicamp e Cesit destaca impactos da escala 6x1 na saúde mental. Em 2024, foram registrados 470 mil afastamentos por saúde mental, o maior número em dez anos

Ilustração: Freepik

O Brasil está preparado para reduzir a jornada de trabalho para 36 horas semanais, com adoção da escala 4×3 (quatro dias trabalhados e três de descanso). É o que revela estudo publicado pelo centro de pesquisa Transforma, da Universidade de Campinas (Unicamp), em parceria com o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).

A pesquisa combina dados socioeconômicos e entrevistas com lideranças sindicais. O documento afirma que a mudança traria avanços na qualidade de vida, redução da desigualdade de gênero e crescimento econômico.

"A diminuição da jornada sem redução salarial é um passo fundamental contra a exploração da classe trabalhadora", diz o estudo. "É uma pauta histórica da luta popular e sindical pela dignidade no trabalho."

Estudo aponta carga excessiva e desigualdade de gênero

Os dados revelam um cenário de sobrecarga. Em 2024, foram registrados 470 mil afastamentos por saúde mental, o maior número em dez anos. O total representa aumento de 68% em relação a 2023.

A jornada 6×1 está associada a altos níveis de insatisfação e rotatividade, especialmente nos setores de comércio e telemarketing. Cerca de 20,88 milhões de brasileiros — 20% da população ocupada — trabalham além do limite legal de 44 horas semanais. Homens negros representam 36,7% desse grupo.

Mulheres acumulam, em média, 11 horas de trabalho diário entre funções remuneradas e tarefas domésticas. A redução da jornada poderia equilibrar essa carga e ampliar a inclusão feminina no mercado formal.

Setores mais afetados e rotatividade alta
Os piores indicadores estão nos setores de transporte, comércio, telemarketing, alojamento e alimentação. Nestes últimos, 30% dos trabalhadores estão em sobrejornada.

No telemarketing, 72% dos profissionais são mulheres. Elas enfrentam metas abusivas e uma taxa de rotatividade de 55,7%.

A economista Marilane Teixeira, coautora do estudo, destaca: "Essa medida pode gerar novos postos de trabalho e reduzir o desemprego e a informalidade."

Proposta tramita no Congresso
A PEC das 36 horas foi protocolada, em fevereiro de 2025, pela deputada Érika Hilton (PSOL-SP). A proposta altera a Constituição para limitar a jornada a 8 horas diárias e 36 semanais. A implementação será gradual, em até um ano.

A medida pode beneficiar diretamente 38,4 milhões de trabalhadores formais, cerca de 37% da força ativa.

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br

Haveria também impacto indireto sobre o setor informal.

"A jornada reduzida tem respaldo internacional e promove saúde ocupacional, geração de empregos e estabilidade", afirma o relatório.

Produtividade e bem-estar podem caminhar juntos

O estudo, assinado por Marilane Teixeira, Clara Saliba, Carolina Lima e Lilia Bombo, afirma que a redução da jornada "não é apenas viável, mas essencial". Empresas que adotaram modelos mais curtos mantiveram a produtividade e melhoraram o bem-estar dos funcionários.

"O mundo já debate isso, e o Brasil não pode ficar para trás", conclui Saliba, coordenadora do Transforma-Unicamp.

Leia a íntegra do estudo.

Fonte: Extra Classe

Fraude no INSS: devolução de descontos ilegais pode começar nos próximos dias

Proposta deve prever cronograma de pagamentos, canal para segurados e contestações sem intermediários

O governo federal promete apresentar nesta semana um plano de devolução dos valores descontados ilegalmente dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. A medida é uma resposta à operação da Polícia Federal que revelou fraudes bilionárias envolvendo entidades associativas e descontos sem autorização dos beneficiários.

A proposta, segundo o governo, incluirá um calendário de pagamento, um sistema para contestação das autorizações e a criação de um canal direto para formalização de pedidos, sem a necessidade de advogados ou intermediários.

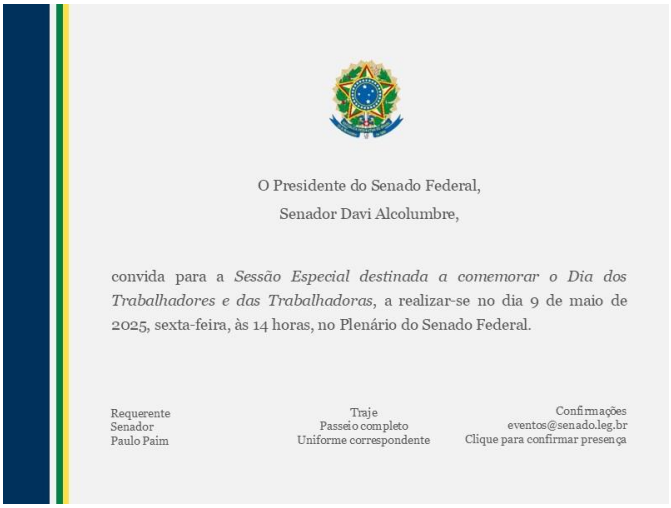
A Controladoria-Geral da União estima que os prejuízos com os descontos indevidos possam chegar a R$ 6,3 bilhões. A expectativa do Executivo é realizar a devolução aos segurados e, posteriormente, cobrar os valores das entidades envolvidas nas irregularidades.

As investigações apontam que os recursos recebidos do INSS eram repassados a empresas ligadas a laranjas. A perícia é conduzida pela Polícia Federal e os delegados à frente do caso afirmam que as associações foram montadas com documentos adulterados.

No Congresso, a oposição tenta emplacar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. A substituição do ministro da Previdência, Carlos Lupi, por Wolney Queiroz, ainda não diminuiu a crise. Queiroz era o número dois da pasta e participou da reunião de junho de 2023 do Conselho Nacional da Previdência Social em que o então ministro foi alertado sobre os indícios de fraude.

Fonte: InfoMoney

Convite
Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras


O Presidente do Senado Federal,
Senador Davi Alcolumbre,

convida para a *Sessão Especial destinada a comemorar o Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras*, a realizar-se no dia 9 de maio de 2025, sexta-feira, às 14 horas, no Plenário do Senado Federal.

Requerente: Senador Paulo Paim
Traje: Passeio completo / Uniforme correspondente
Confirmações: eventos@senado.leg.br / Clique para confirmar presença

Data: 9 de maio, sexta-feira, às 14 horas

Plenário do Senado Federal

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br